



**Relatório de
DESEMPENHO
DO PLANO DE
LOGÍSTICA
SUSTENTÁVEL**

2023

COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Biênio 2022 - 2024

Presidência

Desembargador João Henrique Blasi

1ª Vice-Presidência

Desembargador Altamiro de Oliveira

2ª Vice-Presidência

Desembargador Getúlio Corrêa

3ª Vice-Presidência

Desembargador Gerson Cherem III

Corregedoria-Geral da Justiça

Desembargadora Denise Volpato

Coordenadoria de Magistrados

Juiz de Direito Bruno Makowiecky Salles

Juízes Auxiliares da Presidência

Juíza de Direito Iolanda Volkmann

Juiz de Direito Mauricio Cavallazzi Povoas

Juiz de Direito Rafael Sandi

EXPEDIENTE

O relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável 2023 é elaborado pela Secretaria de Gestão Socioambiental em conjunto com os setores integrantes do Plano e aprovado pela Comissão de Gestão Socioambiental.

COORDENAÇÃO

Comissão de Gestão Socioambiental

Presidente

Juíza Iolanda Volkmann
Núcleo Administrativo do Gabinete da Presidência

Integrantes

Cassiano Reis
Assessoria de Planejamento

Daniel Fachin Krause
Diretoria de Engenharia e Arquitetura

Helen Petry
Secretaria de Gestão Socioambiental

Juliana Pasinato
Diretoria de Tecnologia da Informação

Jullyana Kroon Tomaz Soares
Diretoria de Material e Patrimônio

Marcelo Dias e Silva
Diretoria de Gestão de Pessoas

Juliana Nava Cittadin
Diretoria de Infraestrutura

Rosana Walter Cipriani
Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida

UNIDADES PARTICIPANTES PLS

Diretoria-Geral Administrativa
Alexsandro Postali

Secretaria de Gestão Socioambiental
Helen Petry

Diretoria de Engenharia e Arquitetura
Everton William Tischer

Diretoria de Gestão de Pessoas
Lucas Veit Braun

Diretoria de Infraestrutura
Rafaela Carla Vitorino

Diretoria de Material e Patrimônio
Graziela Cristina Zanon
Meyer Juliani

Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida
Graciela de Oliveira Richter Schmidt

Diretoria de Tecnologia da Informação
Daniel Moro de Andrade

Núcleo de Comunicação Institucional
Tathiana Nogueira Mendes Carlin

Assessoria de Planejamento
João Anfilóquio Machado Júnior

SUMÁRIO

1. Variáveis Gerais	7
2. Papel	11
3. Copos Descartáveis	15
4. Água Envasada em Embalagem Plástica Descartável e/ou Bombonas	19
5. Impressão e/Ou Equipamentos de Impressão	23
6. Energia Elétrica	29
7. Água e Esgoto	33
8. Gestão de Resíduos	37
9. Reformas e Construções	42
10. Limpeza	46
11. Vigilância	48
12. Telefonia	52
13. Veículos	54
14. Combustível	60
15. Apoio ao Serviço Administrativo	64
16. Aquisições e Contratações	67
17. Qualidade de Vida	72
17.1. Ações Solidárias	81
18. Sensibilização e Capacitação em Sustentabilidade	83

Apresentação

O relatório de desempenho do Plano de Logística Sustentável do Poder Judiciário catarinense apresenta os resultados das ações e metas de sustentabilidade referentes ao ano de 2023.

O documento é publicado na página www.tjsc.jus.br/socioambiental e encaminhado ao CNJ, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.

As metas, as ações e os resultados dos indicadores são informados pelas unidades participantes, compilados pela Secretaria de Gestão Socioambiental, analisados e aprovados pela Comissão de Gestão Socioambiental uma vez ao ano.

O relatório de desempenho contém a consolidação dos resultados alcançados, a evolução do desempenho dos indicadores previstos no Anexo da Resolução CNJ n. 400/2021 e a análise do desempenho dos indicadores do PLS-PJSC e das ações constantes no plano de ações (art. 16 da Resolução CNJ n. 400/2021).

O planejamento estratégico 2021-2026 do Poder Judiciário catarinense estabeleceu o objetivo de aprimorar ações sustentáveis na gestão de recursos naturais, materiais, bens e documentos (Anexo I da Resolução TJ n. 10/2021).

Assim, alinhado ao planejamento institucional, o Plano de Logística Sustentável 2021-2026 apresenta metas para:

- a.** desenvolver e aprimorar as contratações sustentáveis;
- b.** promover o uso racional e a gestão sustentável de papel, copo plástico, serviços de impressão, combustível e veículos;
- c.** viabilizar o consumo eficiente e consciente de energia elétrica e de água;
- d.** reduzir o impacto ambiental negativo dos resíduos;
- e.** sensibilizar e capacitar o corpo funcional para os temas de gestão socioambiental e sustentabilidade corporativa; e
- f.** estimular a qualidade de vida, a equidade, a diversidade e a inclusão no ambiente de trabalho.

Em 2023, foram destaques a redução no consumo de copos plásticos descartáveis, a elaboração de uma minuta de uma política de impressões institucional que impacta no consumo de papel, a manutenção dos índices de capacitação e sensibilização com ênfase na capacitação sobre a coleta seletiva de trabalhadoras e trabalhadores da empresa terceirizada, o significativo incremento do indicador que apura o número de participações em ações focadas na qualidade de vida no trabalho, a redução do número de veículos, o aprimoramento dos serviços de transporte por aplicativo para todo o Estado e os excelentes resultados nos índices de contratações sustentáveis.

No âmbito da gestão sustentável de bens, documentos e materiais, sublinha-se a doação de 11.736 bens móveis e bens apreendidos, o que dá continuidade ao ciclo de vida dos materiais e diminui a geração de resíduos.

Por outro lado, houve aumento no consumo de água encanada, de energia elétrica, de resmas de papel, de embalagens descartáveis para água mineral (garrafinhas plásticas) e de combustíveis fósseis, como a gasolina e o diesel, que contribuem para o agravamento do efeito estufa, bem como aumento do número de reformas.

Apesar da elevação no consumo de energia elétrica, verificou-se o esforço da instituição na adoção de alternativa “mais limpa” e de fonte renovável. Foi firmado o Convênio n. 50/2023 com a Celesc, em que o PJSC se beneficia da geração de energia fotovoltaica de uma usina localizada em Lages/SC de 1 MW de potência instalada, de modo tanto a gerar energia renovável quanto a reduzir o custo da energia consumida em cerca de 10%.

Ademais, houve um conjunto de ações em prol da qualidade de vida dos servidores e magistrados como os programas Bem-Estar no Trabalho, Novos Laços, Mães do Judiciário e Preparação para Aposentadoria, assim como as ações solidárias que beneficiaram pessoas em vulnerabilidade social, como a Campanha Dignidade Menstrual e o Programa Novos Caminhos.

RESULTADOS GERAIS – PLS 2023

77 ações

18 metas

81% das ações foram cumpridas,
15% foram parcialmente cumpridas e
4% não foram cumpridas

67% das metas estabelecidas no PLS 2021/2026
foram cumpridas

1

***Variáveis
Gerais***

1. VARIÁVEIS GERAIS

Unidade gestora: Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Engenharia e Arquitetura

As variáveis gerais são utilizadas para os cálculos dos indicadores relativos.

Devem ser respondidas conforme o indicado no item 1 do Anexo da Resolução CNJ n. 400/2021.

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
MagP – Total de cargos de magistrados providos	magistrados	503	496	493	509	507	532	519	514	559
TPEfet – Total de pessoal do quadro efetivo	servidores	5.960	5.414	5.480	5.604	5.711	5.220	5.577	5.564	5931
TPSV – Total de pessoal comissionado sem vínculo efetivo	servidores	816	706	821	974	1.288	1.623	1.755	1.527	1398
TPI – Total de pessoal que ingressou por cessão ou requisição	servidores	244	140	236	229	115	17	17	194	182

Serv – Total de servidores	somatório	7.020	6.260	6.537	6.807	7.114	6.860	7.349	7.285	7511
TFAuxT – Total de trabalhadores terceirizados	terceirizados	2.323	2.272	2.228	2.210	1.938	1.365	114	1.623	2009
TFAuxE – Total de estagiários	estagiários	2.724	2.630	3.263	2.758	2.615	3.978	3.289	2.444	2379
TFAuxJL – Total de juízes leigos	Juízes leigos	0	0	0	0	0	0	0	0	26
TFAuxSP – Trabalhadores de Serventias Judiciais Privatizadas	Trabalhadores de serventias judiciais	0	0	0	0	0	0	0	0	18
TFAuxC – Total de conciliadores	Conciliadores	0	0	0	0	0	0	0	0	61
TFAuxV – Total de voluntários	Voluntários	0	0	0	0	0	0	0	0	263
TFAuxA – Total de aprendizes	Aprendizes	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tfaux – Total da força de trabalho auxiliar	Somatório	5.407	4.902	5.491	4.968	4.553	5.343	3.403	4.067	4756
FTT – Força de trabalho total de magistrados, servidores e auxiliares	Somatório	12.570	11.658	12.521	12.284	12.174	12.735	11.271	12.532	12826
m2 total – Área total em m2	m2	300.100	299.707	318.846	312.458	311.705	318.393	318.446	319.317	329.817

2

Papel

2. PAPEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de papel no PJSC.

Unidade gestora: Diretoria de Material e Patrimônio

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CPP – Consumo de papel próprio	Resmas	109.919	98.699	77.869	69.758	60.376	20.926	15.290	20.330	23.430
GPP – Gasto com papel próprio	R\$	1.203.293,44	1.381.083,24	1.148.876	1.013.230,17	909.540,04	331.262,54	246.987,80	320.841,40	354.685,60
CPC – Consumo de papel contratado	Resmas	0	0	0	0	0	0	0	0	0

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 55% o consumo de resmas de papel até 2026 em relação ao ano de 2020.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	30%	35%	40%	45%	50%	55%
Resultado	26,93%	3%	-11,78 %			

Fórmula: $(1 - (\text{Consumo total do ano corrente} / \text{Consumo em 2020})) * 100$

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Criar de grupo de trabalho multidisciplinar	DMP, DTI e SGS	Cumprida
2	Pesquisar sobre consumo de papel nas unidades judiciais e administrativas do PJSC	DMP, DTI e SGS	Cumprida
3	Implementar política de impressão institucional	DMP, DTI, SGS e Presidência	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

Conforme indicado no Relatório de Desempenho de 2022, o retorno ao trabalho presencial impactou diretamente no aumento do consumo de papel, que em 2023 superou o montante dos últimos três anos.

Diante da ausência de dados a respeito da real necessidade dos documentos impressos, e sob pena de eventualmente comprometer a atividade-fim do PJSC perante o bloqueio das remessas de papel, foi criado um grupo multidisciplinar para realizar diagnóstico das necessidades do PJSC no que tange a papel e impressão, bem como para propor estratégias que visem à redução do consumo.

No bojo desse projeto, foi realizada pesquisa de comportamento que teve por finalidade avaliar o comportamento dos magistrados, servidores e demais colaboradores, e, a partir disso, refletir sobre soluções que permitam a redução do quantitativo de impressões realizadas e de papel consumido. O resultado consta do Processo n. 0011330-52.2023.8.24.0710. Ademais, foi publicada a Resolução GP n. 9/2024, que instituiu a Política de Impressão no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina.

Outra medida que trará impactos positivos será a renovação global dos equipamentos de impressão com serviços de bilhetagem, que permite o acompanhamento e a implementação de políticas de impressão, e o gerenciamento e o controle de consumíveis e de conteúdo impresso. Além disso, tem o condão de inibir impressões desnecessárias. Com a implementação prevista para os próximos meses (Processo n. 0011895-16.2023.8.24.0710), a expectativa é a de que haja redução de consumo considerável desse insumo.

3

***Copos
Descartáveis***

3. COPOS DESCARTÁVEIS

Objetivo: Racionalizar o consumo de copos descartáveis no PJSC.

Unidade gestora: Diretoria de Infraestrutura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CC – Consumo de copos descartáveis	Cento	66.695	61.295	57.185	42.685	49.850	11.575	7.925	16.125	13.800
GC – Gasto com copos descartáveis	R\$	194.162,48	182.752,02	182.872,00	122.099,23	139.986,76	26.150,24	18.050,67	36.373,12	47.439,25

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 50% o consumo de copos descartáveis até 2026 em relação ao ano de 2019.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	25%	30%	35%	40%	45%	50%
Resultado	84,10%	67,65%	72,32%			

Fórmula: $=100 - ((\text{Consumo do ano corrente}) / \text{Consumo em 2019}) * 10$

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Monitorar e controlar a distribuição de copos plásticos descartáveis para as unidades do PJSC	DIE e SGS	Cumprida
2	Estudar a possibilidade de fornecimento de recipientes duráveis e retornáveis para o público externo em substituição aos copos plásticos descartáveis	DIE e SGS	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

No período de 2015 a 2023 houve redução no consumo de copos plásticos descartáveis no Poder Judiciário de Santa Catarina. Nesse interregno, foram realizadas ações institucionais como a substituição de suportes porta-copos por “dispensers”, com o sistema poupa-copos, e campanhas incentivando o uso de recipientes reutilizáveis em vez dos copos plásticos descartáveis pelo público interno do PJSC.

Em 2022, a Presidência do TJSC (Processo n. 0036567-25.2022.8.24.0710) determinou que os copos descartáveis fossem disponibilizados apenas para o público externo, com a implantação de projeto piloto de uso do “Ecopo” (biodegradável) nas áreas comuns do 8º andar e no corredor do andar térreo da Torre I do TJSC.

As unidades responsáveis também realizaram o controle de distribuição dos copos descartáveis às comarcas do PJSC, com base em dados de visitantes de cada comarca, informados pela Casa Militar.

Assim, o indicador para o ano de 2023, de 35% de redução em relação a 2019, foi alcançado, já que houve redução de 72,32% no consumo de copos plásticos descartáveis, muito embora este número tenha aumentado se comparado ao ano anterior.



***Água Envasada em
Embalagem Plástica
Descartável e/ou
Bombonas***

4. ÁGUA ENVASADA EM EMBALAGEM PLÁSTICA DESCARTÁVEL E/OU BOMBONAS

Objetivo: Racionalizar o consumo de água envasada em embalagem plástica descartável no PJSC.

Unidade gestora: Diretoria de Infraestrutura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CED – Consumo de embalagens descartáveis para água mineral	Unidade	517.608	488.208	453.588	445.068	465.588	212.304	214.764	412.097	505.556
CER – Consumo de embalagens retornáveis para água mineral	Unidade	68.267	67.259	71.085	69.310	80.548	32.143	24.609	45.696	54.910
GAED – Gasto com água mineral em embalagens descartáveis	Unidade	376.372,91	363.269,70	362.500,84	347.929,06	336.822,44	218.334,91	178.222,85	363.889,63	588.294,07
GAER – Gasto com água mineral em embalagens retornáveis	Unidade	452.248,36	447.006,59	501.228,50	548.816,57	592.914,66	333.288,96	206.424,57	474.620,77	790.137,63

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 30% o consumo de água envasada em embalagem plástica descartável até 2026 em relação ao ano de 2019.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	5%	10%	15%	20%	25%	30%
Resultado	53,87%	11,48%	-8,58%			

Fórmula: $=100 - ((\text{Consumo do ano corrente}) / \text{Consumo em 2019}) * 100$

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Estudar a possibilidade de abolir o consumo de água mineral em garrafas plásticas descartáveis	DIE e SGS	Cumprida (100% do estudo)

CONSIDERAÇÕES

O consumo de água mineral envasada em embalagem plástica descartável se apresentou estável no período de 2015 a 2022, com exceção do período da pandemia (2020-2021), que teve o consumo consideravelmente reduzido em razão do isolamento social e do trabalho não presencial. A fim de controlar a distribuição, a aquisição de água mineral é realizada conforme decisão proferida no Processo Administrativo n. 276316-2007.8, restringindo-se a um fardo e meio por semana para cada magistrado, promotor, diretor e chefe do Gabinete da Presidência. A campanha “Traga seu copo ou caneca” abordou também o consumo de garrafinhas plásticas descartáveis, incentivando o público interno a substituí-las por recipientes duráveis e de matéria-prima mais sustentável (<https://www.tjsc.jus.br/web/gestao-socioambiental/campanhas/traga-seu-copo-ou-caneca>), ação presente também em 2023.

O indicador para o ano de 2023, de redução de 15% no consumo de água envasada em embalagem plástica descartável em relação a 2019, não foi atingido, já que houve acréscimo de 8,58% no consumo. O aumento do consumo se justifica pelo acréscimo do quadro de pessoal nos anos de 2022 e 2023.

5

***Impressão e/Ou
Equipamentos de
Impressão***

5. IMPRESSÃO E/OU EQUIPAMENTOS DE IMPRESSÃO

Objetivo: Reduzir a quantidade de impressões e de equipamentos de impressão.

Unidade gestora: Diretoria de Tecnologia da Informação

SÉRIE HISTÓRICA RESOLUÇÃO CNJ n. 400/2021

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
QI – Qtde impressões	Nº de Impressões	-	-	38.934.500	27.442.000	30.188.000	10.463.000	7.645.000	10.165.000	11.715.000
QEI – Qtde eqptos de impressão	Nº Eqptos	4.473	4.226	3.928	1.820	3.672	3.258	3.101	2.806	2.765
GCI – Gasto com cont. terceir. impressão	R\$	R\$ 99.198,06	R\$ 104.409,99	R\$ 71.031,08	R\$ 64.008,60	R\$ 64.008,60	R\$ 53.695,60	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
QIP – Quantidade de impressões per capita	QI/FTT	-	-	-	-	-	-	595	857	913

(*) QIP feito com base no número de pessoas com licença Microsoft 365, ou seja, vinculadas às ferramentas de trabalho do PJSC.

SÉRIE HISTÓRICA PLS-TJSC

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
QEB – Qtde eqptos baixados	Nº Eqptos com Baixa Patrimonial	-	0	0	(-) 329	(+) 10	(-) 155	0	209	442
PEI – Performance dos eqptos instalados*	Nº de Impressões	-	-	9.912,04	15.078,02	8.221,13	3.211,47	2.465,33	3.622,59	4.236,89
GAS – Gasto com aquisições de suprimentos	R\$	R\$ 1.449.571,00	R\$ 1.598.716,95	R\$ 1.806.434,11	R\$ 1.478.453,65	R\$ 1.262.523,20	R\$ 513.692,99	R\$ 485.823,30	R\$ 570.429,75	R\$ 314.302,45
GAI – Gasto com aquisição de impressoras	R\$	R\$ 12.685,35	-	-	R\$ 0,00	R\$ 2.273,25	R\$ 0,00	R\$ 10.000	R\$ 0,00	R\$ 0,00

(*) Fórmula PEI (QI do ano / QEI do ano).

PLS 2021-2026

METAS

Redução de 40% na taxa de quantidade de impressões (QI); Redução de 51,66% na quantidade de equipamentos de impressão (QEI); Redução de 60% no Índice de Quantidade de Equipamentos Baixados (QEB); Aumento de 21,90% no Índice de Performance dos Equipamentos instalados (PEI); Redução de 60% no Índice de Gastos com Aquisições de suprimentos (GAS).

Fórmulas:

I. Taxa (%): Fórmula $[(QI \text{ do ano em análise} / QI \text{ do ano anterior}) - 1] \times 100$; II. Índice (valor absoluto): Redução de 1.585 equipamentos de impressão, correspondente a 51,66% do QEI; III. Índice (valor absoluto): Redução de 565 equipamentos para baixa patrimonial, correspondente a 60% do QEB; IV. Índice (valor absoluto): Aumento de 330 cópias na média de impressões por equipamento, correspondente a 21,90%; V. Índice (valor absoluto): Redução de 60% no gasto com aquisição de suprimentos, correspondente a R\$ 911.487,47.

Indicadores		2021	2022	2023	2024	2025	2026
I	Taxa de redução no QI	-	4.167.600	3.805.200	3.442.800	3.080.400	2.718.000
Resultado		-	10.165.000	11.715.000			
II	Índice de redução do QEI	3.013	2.707	2.401	2.095	1.789	1.483
Resultado		-	2.970	2.765			
III	Taxa de Redução no QEB	-	10%	12%	13%	15%	10%
Resultado		-	6,93%	15,75%			
IV	Índice de ampliação do PEI	1.503,48	1.539,56	1.584,84	1.643,34	1.721,86	1.832,77

Resultado		-	3.622,59	4.236,89			
V	Índice de redução no GAS	R\$ 1.519.145,78*	R\$ 1.291.273,91	R\$ 1.063.402,04	R\$ 835.530,18	R\$ 683.615,60	R\$ 607.658,31
Resultado		-	-	R\$ 314.302,45			

* Base de cálculo = custo médio de gastos com aquisições de suprimentos no período médio de 5 anos da pré-pandemia de SARS-Cov-2.

PLS 2023 – AÇÕES

Ações		Áreas	Cumprimento
1	Implantar projeto de sustentabilidade nos serviços de impressão	DTI, DMP e SGS	Parcialmente cumprida (40%) Pendentes etapas 3 a 5 (vide ações 3 e 4 do Plano de Ações 2024)
2	Implementar política institucional de impressão	DTI, DMP, SGS e Presidência	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

O levantamento de dados e análise de cenários do Projeto de Sustentabilidade nos Serviços de Impressão foi concluído e deverá ser consolidado ao longo do primeiro semestre de 2024. Com isso, será possível identificar o consumo de papel e insumos de impressão, bem como impressão por usuário, equipamento, etc.

Contudo, dois projetos vinculados ainda estão em desenvolvimento: a licitação para renovação do parque de dispositivos de impressão deve ocorrer em janeiro de 2024, e a resolução com políticas de impressão deve ser publicada ao longo do primeiro semestre de 2024.

Quanto à implementação da política institucional de impressão, a norma está em análise final para publicação e divulgação.

6

***Energia
Elétrica***

6. ENERGIA ELÉTRICA

Objetivo: Reduzir o consumo de energia elétrica através do uso de tecnologias mais eficientes.

Unidade gestora: Diretoria de Engenharia e Arquitetura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CEE – Consumo de energia elétrica	kWh	22.916.326	22.104.482	22.703.741	23.247.670	23.233.189	16.403.924	15.210.057	17.259.037	18.175.153
CRE – Consumo relativo de energia elétrica	KWh/m2	76,36	73,75	72,80	74,40	74,54	51,52	47,76	54,09	55,11
GEE – Gasto com energia elétrica	R\$	10.852.569,30	11.205.929,62	11.155.701,46	12.503.365,45	12.876.593,92	9.139.521,38	R\$ 10.085.459,11	11.309.442,62	11.146.593,77
GRE – Gasto relativo com energia elétrica	R\$/m2	36,16	37,38	35,77	40,02	41,31	28,71	31,67	35,45	33,80
Negociação tarifária	São realizados estudos periódicos a respeito dos melhores contratos de fornecimento de energia elétrica. Até o momento, a opção da tarifação na modalidade horossazonal verde é a escolha mais adequada.									
Uso de energia alternativa	Energia fotovoltaica gerada: 749,72 MWh									

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 2.000.000 kWh o consumo de energia elétrica até 2026 em relação ao ano de 2019.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	400.000	400.000	400.000	400.000	400.000
Resultado	-	5.974.152	5.058.036			

Fórmula: A + B, onde:

A = (substituições de ACJ por split) x (economia anual média estimada para cada substituição de ACJ por split).

B = (substituições de lâmpadas por LED) x (economia anual média estimada para cada substituição por LED).

(economia anual média estimada para cada substituição de ACJ por split) = 190 kWh.

(economia anual média estimada para cada substituição por LED) = 19 kWh.

Troca de janeliros por splits – economia de energia com a política de trocas.

Troca de lâmpadas incandescentes, fluorescentes e vapor metálico por lâmpadas em LED.

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Substituir ar-condicionado do tipo janeliro por split de modo geral nos fóruns de entrância inicial	DEA e DMCO	Cumprida
2	Substituir ar-condicionado do tipo janeliro por split de modo geral nos fóruns de entrância final	DEA e DMCO	Cumprida parcialmente <i>Meta de instalação de aparelhos atingiu 40% do previsto</i>
3	Substituir lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED	DEA e DMCO	Cumprida
4	Gerar energia de fonte renovável	DEA	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura promove contínua manutenção e melhoria da estrutura física dos imóveis do Poder Judiciário, o que contempla a substituição de equipamentos de climatização mais antigos por modelos mais modernos e, portanto, eficientes. Da mesma forma, promove-se uma substituição gradual e constante da iluminação existente por lâmpadas de LED, de modo que tanto o consumo quanto a manutenção dos sistemas de iluminação se reduzem.

Quanto à meta da substituição de ar-condicionado do tipo janeleiro por split, de modo geral, nos fóruns de entrância inicial, considerou-se a ação cumprida, exceto comarcas com obras previstas no PPA, cuja substituição ocorrerá durante as obras. Já na entrância final, o cumprimento foi parcial, com previsão de conclusão em 2025.

No que concerne à substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, a ação foi parcialmente cumprida, pois substituições ocorrem em maior volume com o fim da vida útil das lâmpadas fluorescentes ou quando há intervenção geral nos ambientes.

Ao longo de 2023 foram adaptadas 5.384 luminárias (cada uma com 4 lâmpadas), passando a utilizar, em vez de lâmpadas tubulares fluorescentes, lâmpadas tubulares LED. A potência das lâmpadas tubulares varia de 16 W a 32 W cada, e as de LED, de 9 W a 10 W. Considerando que a substituição mais volumosa é da de 16 W pela de 10 W, tem-se por lâmpada uma economia de 6 W. Considerando 250 dias úteis no ano, com uso de 7 horas diárias, tem-se uma economia estimada de 226.128 kWh por ano no consumo de energia elétrica, que, a um custo de R\$ 0,60/kWh, resulta em uma economia estimada de R\$ 135.000,00 por ano. Com a alteração das lâmpadas permanentes, essa economia será replicada nos anos seguintes.

Com relação à energia de fonte renovável, foi firmado o Convênio n. 50/2023 com a Celesc, em que o PJSC se beneficia da geração de energia fotovoltaica de uma usina localizada em Lages/SC de 1 MW de potência instalada, de modo tanto a gerar energia renovável quanto a reduzir o custo da energia consumida em cerca de 10%.

Constam também outros estudos e iniciativas para ampliação da instalação de painéis fotovoltaicos nas edificações do PJSC.

7

**Água e
Esgoto**

7. ÁGUA E ESGOTO

Objetivo: Reduzir o consumo de água potável através do uso de tecnologias mais eficientes.

Unidade gestora: Diretoria de Engenharia e Arquitetura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CA – Consumo de água	m3	125.558	125.820	121.519	117.369	121.108	62.925	57.952	76.764	80.213
CRA – Consumo relativo de água	m3/m2	0,42	0,42	0,39	0,38	0,39	0,20	0,18	0,24	0,24
GA – Gasto com água	R\$	1.336.619,16	1.471.331,09	1.511.441,64	1.567.295,23	1.725.894,97	911.611,08	867.979,91	1.318.603,44	1.649.634,33
GRA – Gasto relativo com água	R\$/m2	4,45	4,91	4,85	5,02	5,54	2,86	2,72	4,13	5,00

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 300 m³ o consumo de água até 2026 em relação a 2019.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	60 m ³	60 m ³	60 m ³	60 m ³	60 m ³
Resultado	-	44.344 m ³	40.895 m ³			

Fórmula: (Torneiras substituídas) x (economia anual estimada para cada torneira substituída). Onde (economia anual estimada para cada torneira substituída) = 300 litros/ano. DEA – Troca de torneiras por equipamentos de baixa vazão e fechamento automático.

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Implantar sistemas de captação e reaproveitamento de água da chuva para fins de descarga em banheiros públicos	DEA, DMTJ, DEA, DMCO DEA e DFISC	<i>Cumprida parcialmente (50%)</i>

CONSIDERAÇÕES

A adoção de sistemas de reaproveitamento de água de chuva se tornou padrão nos novos projetos do Poder Judiciário catarinense. Com a inauguração do novo fórum de Timbó, por exemplo, mais um sistema entra em operação, contribuindo para a redução do consumo de água e para a redução na pressão sobre os sistemas de esgotamento pluvial municipais, de modo que a água captada pode ser utilizada localmente, com o tratamento adequado, evitando-se a coleta, o tratamento e o transporte de água de outras localidades.

A implantação completa em todas as edificações é improvável em um horizonte de médio prazo, dado que as mais de 120 edificações do Poder Judiciário possuem as mais diversas características, não sendo viável técnica e economicamente a implantação desse tipo de sistema em edificações mais antigas. Contudo, nas novas edificações consta esse tipo de sistema.

8

***Gestão de
Resíduos***

8. GESTÃO DE RESÍDUOS

Objetivo: Reduzir a quantidade de resíduos gerados pelo encaminhamento de bens apreendidos judicialmente à destruição, por meio de programas de incentivo à doação.

Unidades gestoras: Secretaria de Gestão Socioambiental, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Diretoria de Material e Patrimônio

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CGe – Coleta geral	kg	128.930	149.844,20	105.493	149.154,33	110.036,02	25.933	28.436,71	46.217,82	47.442,45
DEI – Destinação de resíduo eletroeletrônico	kg	18421	12.099	11.184	19.318	25.069	7.187	6.214,75	10.031,47	10.344
DImp – Destinação de suprimentos de impressão (Res. CNJ n. 201/2015)	Unidades	4.600	8.667	2.338	967	460	1.459	518	-	-
DImp – Destinação de suprimentos de impressão (Res. CNJ n. 400/2021)	kg	-	-	-	-	-	-	310,8	700	307

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
DPB – Destinação de pilhas e baterias	kg	3.272	2.595	1.256	6.439,33	8.356,14	2.396	62,14	100,31	103,44
DLp – Destinação de lâmpadas	Unidades	31.813	34.368	12.046	17.484	18.952	11.106	11.202	19.268	16.478
DRS – Destinação de resíduos de saúde (Res. CNJ n. 201/2015)	kg	102	168	167	137,22	183,46	61	89,70	-	-
DRS – Destinação de resíduos de saúde (Res. CNJ n. 400/2021)	L	-	-	-	-	-	-	129,8	283,96	259,5
DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas (Res. CNJ n. 201/2015)	m3	0,00	0,00	194	1.167,29	1.909	1.355,49	3.100,46	-	-
DOB – Destinação de resíduos de obras e reformas (Res. CNJ 400/2021)	kg	-	-	-	-	-	-	5.580.828	6.857.118	3.447.126

SÉRIE HISTÓRICA – DOAÇÃO DE BENS APREENDIDOS

Questionário	Unidade de medida	2021	2022	2023
QBAD – Quantidade de bens apreendidos doados	Unidade	2.610	4.092	4.201

PLS 2021-2026

Meta: Aumentar em 10% a quantidade de bens apreendidos doados até 2026 com base no ano de 2022 (4.092 itens).

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	-	-	4%	6%	8%	10%
Resultado	-	100%	2,66%			

Fórmula: $\{1 - [(Quantidade\ do\ ano\ corrente) / (Quantidade\ 2022)]\} * 100$

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Área	Cumprimento
1	Implantar o projeto Resignifique Bens Apreendidos	SGS e CGS	Parcialmente cumprida (60%) Pendentes etapas 4 a 6 (incluídas no Plano de Ações 2024)

CONSIDERAÇÕES

No ano de 2023 foi promovida a doação de 7.481 bens móveis, tendo sido 1.859 transferidos para entidades do Estado de Santa Catarina e 5.622 doados a outros órgãos públicos (720) e instituições privadas (4.902).

Com relação aos resíduos de obra, foram destinadas quase 3.500 toneladas de resíduos de construção civil, com destino adequado, além dos resíduos de lâmpadas e reatores, por meio dos contratos de manutenção predial. Há uma extensa substituição das lâmpadas fluorescentes por lâmpadas de LED, que têm durabilidade maior do que as lâmpadas incandescentes e fluorescentes.

Os quantitativos sobre CGe – Coleta Geral, DEI – Destinação de resíduo eletroeletrônico e DPB – Destinação de pilhas baterias permaneceram constantes em relação ao ano anterior.

O PJSC possui contratos especializados e regionalizados para coleta, transporte, destruição e destinação ambientalmente adequada de bens apreendidos. Entretanto, nota-se que muitos dos materiais coletados têm as condições necessárias para doação ou outro tipo de reaproveitamento. Assim, o projeto Resignifique Bens Apreendidos propõe uma parceria intersetorial na qual servidores e magistrados são estimulados a aumentar a quantidade de doação de bens apreendidos.

Projeto Resignifique Bens Apreendidos

Com relação a quantidades de bens apreendidos doados, nesse ano se buscou uma nova maneira de realizar o levantamento, mediante o preenchimento de um relatório no sistema eproc, o que irá garantir melhor fidedignidade dos dados, eis que o cadastramento da destinação final dos bens apreendidos é obrigatório nesse sistema.

Foram realizadas pesquisas, levantamentos de dados, reuniões entre grupos intersetoriais focados em soluções para o objetivo do projeto. O resultado foi a criação do **Manual de Bens Apreendidos do PJSC**, que contempla normas, procedimentos e fluxogramas ligados à destinação e doação dos bens apreendidos. O manual possibilitará uma maior padronização dos procedimentos, bem como servirá para disseminar as boas práticas adotadas nas comarcas. O manual foi finalizado e aguarda a divulgação nas comarcas.

Em 2023, foram doados 4.201 bens apreendidos judicialmente, um aumento de 2,66% em relação ao ano anterior, porém ainda abaixo da meta de 4%.

9

***Reformas e
Construções***

9. REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Objetivo: Reduzir os gastos de obras de reformas e construção com o compartilhamento de espaços.

Unidade gestora: Diretoria de Engenharia e Arquitetura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GRef – Gasto com reformas	R\$	17.855.478,71	21.448.340,94	16.917.828,07	15.135.870,65	20.070.996,75	12.574.429,09	19.045.914,61	23.968.567,62	38.340.454,53
GConst – Gastos com construção de novos edifícios	R\$	-	-	-	-	-	-	3.386.886,23	8.023.762,62	38.599.660,24

PLS 2021-2026

Meta: Aumentar de 300 m² de áreas compartilhadas para 1.500 m² até 2026.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	300 m ²	540 m ²	780 m ²	1.020 m ²	1.260 m ²	1.500 m ²
Resultado	329,99 m ² *	329,99 m ² *	329,99 m ² *			

Fórmula: (Soma total das áreas compartilhadas em cada edificação)

*2021 a 2023 – UPC (267,19 m²) + TJSC (65,80 m²)

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Ampliar áreas de trabalho compartilhadas	DEA e DMTJ	Não cumprida Nova ação incluída no Plano de Ações 2024

CONSIDERAÇÕES

Foram feitas propostas de criação de áreas compartilhadas, bem como a execução de algumas áreas para as assessorias dos gabinetes de juízes de segundo grau, porém logo revertidas, após a ocupação. Com o retorno gradual ao trabalho presencial, houve também maior pressão pelo uso de espaços de modo perene, reduzindo a demanda por espaços de coworking.

10

Limpeza

10. LIMPEZA

Unidades gestoras: Diretoria de Infraestrutura / Diretoria de Gestão de Pessoas

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GLB – Gastos com contratos de limpeza no período-base	R\$	29.377.174,41	23.786.985,96	22.601.695,78	19.505.015,81	21.399.332,34	18.832.520,11	21.280.857,56	23.797.914,79	26.970.891,2
m²Cont – Área contratada	m²	312.767	332.569,34	304.942,00	304.434,34	308.358,34	292.552,34	4.043.230,34	2.174.005,34	2.107.837,71
GRL – Gasto relativo com contratos de limpeza	R\$ / m²	93,93	71,52	74,12	64,07	69,40	64,37	5,26	10,94	12,79
GML – Gasto com material de limpeza	R\$	661.980,39	950.442,20	482.814,61	888.322,81	568.260,3	646.693,84	230.779,56	723.164,37	909.063,00

Observação: 1 (A variação ocorrida em relação à m²Cont no ano de 2021 ocorreu em virtude da substituição da modalidade de contratação dos serviços de jardinagem. 2) Não foi proposto indicador relacionado a limpeza no PLS 2021-2026.

11

Vigilância

11. VIGILÂNCIA

Unidade gestora: Diretoria de Gestão de Pessoas

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário Res CNJ 205/2018	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
GVab – Gastos com contratos de vigilância armada	R\$	28.737.028,06	35.087.098,66	37.111.048,17	34.125.361,24	31.017.008,88	31.775.526,94	31.917.378,16	35.893.946,57
QVab – Quantidade de postos de vigilância armada	Postos	319	320	322	331	319	281	282	291
GRVa – Gasto relativo com vigilância armada	R\$ / postos	90.084,73	109.647,18	115.251,70	103.097,77	97.232,00	113.080,17	113.182,19	123.346,89
GVdb – Gastos com contratos de vigilância desarmada	R\$	326.265,76	397.712,24	423.697,68	404.279,84	265.760,40	268.903,94	468.318,34	287.679,72

Questionário Res CNJ 205/2018	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
QVd – Quantidade de postos de vigilância desarmada	Postos	8	8	8	8	5	9	9	5
GRVd – Gasto relativo com vigilância desarmada	R\$ / Postos	40.783,22	49.714,03	52.962,21	50.535	53.152,08	29.878,22	52.035,37	57.535,94

Questionário Res. CNJ 400/2021	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GV – Gastos com contratos de vigilância armada e desarmada	R\$	-	-	-	-	-	-	32.385.696,50	35.893.946,57	38.346.697,91
QPV – Quantidade total de pessoas contratadas para o serviço de vigilância armada e desarmada	número de trabalhadores	-	-	-	-	-	-	564	582	574
GRV – Gasto médio com contrato de vigilância armada e desarmada	R\$/número de trabalhadores	-	-	-	-	-	-	57.421,45	61.673,48	66.806,09
GVe – Gasto com contrato de vigilância eletrônica	R\$	-	-	-	-	-	-	468.318,34	287.679,72	935.696,16

Observação: não foi proposto indicador relacionado a vigilância no PLS 2021-2026.

12

Telefonia

12. TELEFONIA

Unidade gestora: Diretoria de Tecnologia da Informação

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GTF – Gasto com telefonia fixa	R\$	723.757,83	706.470,21	675.151,41	640.456,98	511.634,91	711.722,74	R\$ 129.926,90	R\$ 78.683,66	R\$ 112.177,67
LTF – Linhas telefônicas fixas	Linhas	9.407	9.407	9.407	9.407	9.372	9.365	9.864 (8.792)	9.989	9.867
GRTF – Gasto relativo com telefonia fixa	R\$/linhas	76,94	75,10	71,77	68,08	54,59	76,00	R\$ 13,00	R\$ 8,00	R\$ 11,84
GTM – Gasto com telefonia móvel	R\$	743.168,54	680.291,73	566.017,40	605.581,34	550.684,77	673.640,58	241.267,40 (325.354,74)	R\$ 357.264,96	R\$ 98.158,96
LTM – Linhas telefônicas móveis	Linhas	541	541	626	735	664	603	676 (565)	629	670
GRTM – Gasto relativo com telefonia móvel	R\$/linhas	1.373,69	1.257,47	904,18	823,92	829,34	1.117,15	-	R\$ 568,00	R\$ 892,77

Observação: não foi proposto indicador relacionado a consumo de telefonia no PLS 2021-2026.

13

Veículos

13. VEÍCULOS

Objetivo: Reduzir a quantidade de veículos no PJSC.

Unidade gestora: Diretoria de Infraestrutura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Km – Quilometragem	Quilômetros	1.702.194	1.182.740	1.296.447	1.426.368	1.610.418	584.629	495.989	1.016.889	1.350.876
VG – Quantidade de veículos a gasolina	Veículos	23	14	15	12	14	13	13	10	9
VEt – Quantidade de veículos a etanol	Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VF – Quantidade de veículos flex	Veículos	239	226	227	204	208	196	184	185	164
VGEF – Quantidade de veículos a gasolina, etanol e flex (Res. CNJ n. 400/2021)	Veículos	-	-	-	-	-	-	197	195	173

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
VD – Quantidade de veículos a diesel	Veículos	18	11	11	9	10	9	9	8	9
VGN – Quantidade de veículos a gás natural	Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VH – Quantidade de veículos híbridos	Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VEI – Quantidade de veículos elétricos	Veículos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VAlt – Quantidade de veículos fontes alternativas (Res. CNJ n. 400/2021)	Veículos	-	-	-	-	-	-	0	0	0
QVe – Quantidade de veículos	Veículos	280	251	253	225	232	218	206	203	182
QVS – Quantidade de veículos de serviço	Veículos	222	190	189	182	189	185	178	176	158

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
UVS – Usuários por veículo de serviço	Servidores e Força de trabalho auxiliar / veículos	nd	59	64	65	66	64	60,4	64,5	77,64
QVM – Quantidade de veículos – magistrados	Veículos	61	61	64	43	43	33	28	27	24
UVM – Usuários por veículo – magistrado	Magistrados / Veículo	nd	8	8	12	12	16	18,54	19,08	23,29
GMV – Gasto com manutenção veículos	R\$	315.840,67	302.650,58	399.905,64	348.417,07	418.885,60	261.817,00	310.428,50	541.554,71	409.979,36
GRMV – Gasto relativo com manutenção veículos	R\$ / veículo	1.128,00	1.205,78	1.580,65	1.548,52	1.805,54	1.201,00	1506,93	2.677,75	2.628,07
GCM – Gastos com contratos de motoristas	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0
GRCM – Gasto relativo com contrato de motoristas	R\$ / contrato	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
GCV – Gasto com contratos de agenciamento de transporte terrestre (Res. CNJ n. 400/2021)	R\$	-	-	-	-	-	-	11.900,67	29.032,16	66.625,47

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 18% a quantidade total de veículos até 2026 em relação ao ano de 2020.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	5%	8%	10%	12%	14%	18%
Resultado	5,5%	6,88%	16,51%			

Fórmula: (Quantidade do ano corrente/ Quantidade em 2020)* 100

PLS 2023 – AÇÕES

Ações	Áreas	Cumprimento
1 Promover leilão dos veículos oficiais que estão em desuso	DIE	Cumprida
2 Substituir os veículos próprios por veículos locados	DIE	Cumprida
3 Aprimorar os serviços de transporte por meio de aplicativo (Contrato n. 6/2022)	DIE	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

Durante o período de 2015 e 2023 houve considerável redução no quantitativo de veículos da frota oficial do PJSC. Tal redução decorre da política adotada pela Administração para otimizar e racionalizar a frota. Nos últimos anos, os veículos que atenderam aos critérios de baixa foram alienados por meio de leilão administrativo, inclusive em 2023 foi concluído leilão para alienação de 20 veículos. Em face da política de racionalização, o PJSC viabilizou novas modalidades de serviços de transporte para o público interno (transporte por aplicativo, inclusive com hora de espera, locação mensal e eventual de veículos).

Em 2023, houve também o aprimoramento dos serviços de transporte por aplicativo para todo o Estado, ampliando o número de oferta de veículos/motoristas pelo app 99. Feita ampla divulgação para as unidades do PJSC.

O indicador para o ano, de redução de 10% na quantidade total de veículos, em relação ao ano de 2020 foi ultrapassado, 16,51%.

14

Combustível

14. COMBUSTÍVEL

Objetivo: Racionalizar o consumo de gasolina no PJSC.

Unidade gestora: Diretoria de Infraestrutura

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
CG – Consumo de gasolina	Litros	162.620	134.581	137.341	149.225	166.794	61.000	61.453	119.116	134.135
CD – Consumo de diesel	Litros	20.975,25	13.471,26	12.578,37	24.160	25.673	10.966	17.052	9.366	11.824
CE – Consumo de etanol	Litros	5.060	3.256,21	3.539	6.241,48	7.918	1.884	559	183	112
CRag – Consumo relativo de álcool e gasolina	Litros/veículo	640	574,32	582,14	720	787	301	314,78	611,78	775,41
CRd – Consumo relativo de diesel	Litros/veículo	1.165	1.225	1.143	2.684	2.567	1.218	1.894,77	1.170,75	1.313,77
GC – Gasto com combustível (Res. CNJ n. 400/2021)	R\$	-	-	-	-	-	-	448.254,25	800.375,02	811.680,38

PLS 2021-2026

Meta: Reduzir em 30% o consumo de gasolina até 2026 em relação ao ano de 2019.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	20%	22%	24%	26%	28%	30%
Resultado	63,15%	28,58%	19,58%			

Fórmula: (Consumo de gasolina do ano corrente/ Consumo em 2019)* 100

PLS 2023 – AÇÕES

	Ações	Áreas	Cumprimento
1	Estudar a adoção do uso de etanol nos veículos do PJSC e nos veículos locados pelo PJSC	SGS e DIE	Cumprida
2	Estudar a vantajosidade em adquirir e/ou locar veículos híbridos ou elétricos	DIE	Parcialmente cumprida (40%) 1ª fase em andamento, estudos incluídos no Plano de Ações 2024

CONSIDERAÇÕES

O consumo de gasolina, apesar de estável entre 2015 e 2019, apresentou redução em 2023. Nos anos de 2020-2021, a redução foi maior, no entanto deve ser considerado consumo atípico em razão da pandemia de covid-19 (trabalho não presencial). Estudos pretéritos apontaram que a utilização de etanol em vez de gasolina não se mostrava vantajosa, tendo em vista que a frota oficial de veículos do PJSC, em sua grande maioria, realiza percursos locais e que para esse tipo de percurso a utilização do etanol apresenta custo elevado diante da correspondente baixa eficiência energética, sobretudo nos deslocamentos urbanos. Para que o abastecimento com álcool seja mais vantajoso do que o abastecimento com gasolina, o preço do litro tem que custar até 70% do litro da gasolina. No entanto, em atenção à política de sustentabilidade do PJSC, em 2023 foram retomados novos estudos sobre a utilização do etanol nos veículos da frota do PJSC, o que, por ora, não foi adotado pela Administração (Processo Administrativo n. 0029210-57.2023.8.24.0710).

As ações internas de consolidação do uso de aplicativo para transporte resultaram na redução de 19,58% no consumo em relação a 2019, mas não foi atingida a meta de 24%.

15

***Apoio ao
Serviço
Administrativo***

15. APOIO AO SERVIÇO ADMINISTRATIVO

Objetivo: Racionalizar a impressão dos materiais gráficos do PJSC, através da substituição da impressão de alguns materiais gráficos que possam ser produzidos pela forma virtual.

Unidade gestora: Núcleo de Comunicação Institucional

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2019	2020	2021	2022	2023
GCGraf - Gastos com serviços gráficos no período-base	R\$	94.478,30	43.913,40	50761,89	214.696,83	206.297,32

Observações:

(1) Dados da série histórica somente a partir de 2019.

(2) Em decorrência de alteração na política de contratação de serviços gráficos, a meta constante do PLS 2021-2026 será suprimida na revisão do PLS.

CONSIDERAÇÕES

O ano de 2023 seguiu a crescente nos materiais impressos referente ao ano de 2019 (primeiro ano de contrato), excluindo os anos pandêmicos (2020 e 2021), no entanto em relação ao ano de 2022 os gastos com materiais impressos foram menores em virtude de ser o segundo ano da gestão (2022/2023) e devido ao incremento no uso das inúmeras ferramentas disponíveis para os materiais digitais.

16

***Apoio ao
Serviço
Administrativo***

16. AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Objetivo: Aumentar o percentual de contratações com critério de sustentabilidade

Unidade gestora: Diretoria de Material e Patrimônio

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário*	Unidade de medida	2020	2021	2022	2023
ACR – Aquisições e contratações realizadas no período-base	Contratações**	64	134 (77 CTs + 57 ARPs)	71	85
ACS – Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base	Contratações com critérios de sustentabilidade***	46	104 (52 CTs + 52 ARPs)	59	70
PCS – Percentual de aquisições e contratações sustentáveis sobre a totalidade	Percentual Fórmula: $PCS = (ACS / ACR) \times 100$	71,87%	77,61%	83,1%	82,35%

Observações:

* Série histórica medida apenas a partir de 2020 (Res. CNJ n. 400/2021).

** No ano de 2020 foram considerados apenas os contratos em sentido estrito, decorrentes de procedimento licitatório ou contratação direta.

No ano de 2021, além dos contratos em sentido estrito, foram contabilizadas as atas de registro de preços.

*** Os privilégios concedidos a micro e pequenas empresas, por estarem atrelados ao pilar social da sustentabilidade, são considerados critérios de sustentabilidade.

PLS 2021-2026

Meta: Alcançar 90% de contratações com critérios de sustentabilidade até 2026.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	71%	73%	75%	80%	85%	90%
Resultado	77,61%	83,1%	82,35%			

Fórmula: (Aquisições e contratações sustentáveis realizadas no período-base / Aquisições e contratações realizadas no período-base)*100

PLS 2023 – AÇÕES

Ações		Áreas	Cumprimento
1	Acompanhar a elaboração do projeto básico	DMP e DGA	Cumprida
2	Orientar internamente sobre modelos padronizados, com enfoque na Lei n. 14.133/2021	DMP	Não cumprida Incluída na Plano de Ações 2024


CONSIDERAÇÕES

Considerando a ausência de critérios objetivos estabelecidos pelo CNJ, a classificação das contratações como sustentáveis é estabelecida internamente com base no Guia de Contratações Sustentáveis do PJSC, os arts. 20 e 21 da Resolução CNJ n. 400/202 e, quando necessário, os guias de contratações sustentáveis de outros órgãos, como o da Consultoria-Geral da União.

Dito isso, indica-se que a métrica para aferição do percentual de contratações sustentáveis foi alterada já em 2022. Quando da elaboração do PLS 2021-2026, foram considerados apenas os contratos em sentido estrito, decorrentes de procedimento licitatório ou contratação direta. No Relatório de Desempenho de 2021, além dos contratos em sentido estrito, foram contabilizadas as atas de registro de preços. No Relatório de Desempenho de 2022, diante do sucesso da implementação do Plano de Contratações Anual (PCA), o qual possui uma série de dados sobre as contratações, inclusive sobre a existência de critério de sustentabilidade, entendeu-se que esse instrumento de governança deveria servir de ferramenta para a gestão de dados sobre as contratações sustentáveis. Assim, passam a ser englobadas no cálculo não apenas as contratações que geram instrumento de contrato em sentido estrito, mas todos os tipos de contratação, como aquelas formalizadas por meio de nota de empenho e as que se valem do Sistema de Registro de Preços. Nessa metodologia, não são considerados os contratos e atas celebradas individualmente, mas, sim, o procedimento de contratação (o qual poderá originar mais de uma ata e contrato).

A medição funciona da seguinte maneira: a Comissão de Gestão Socioambiental analisa o PCA do exercício seguinte e aprova a classificação das contratações como sustentáveis ou não. No decorrer do exercício, a Divisão de Licitações e Compras Diretas compara aquilo que está no PCA com o material elaborado para a efetiva contratação. Ao final do exercício, é possível filtrar as demandas para se obterem os dados necessários.

Assim, para se obter o percentual de contratações sustentáveis, foi extraída a lista das demandas exitosas concluídas em 2023 (no caso em tela foram englobadas demandas incluídas no PCA/2022 e no PCA/2023) e contabilizadas aquelas que possuíam algum critério de sustentabilidade. São excluídas do cálculo as demandas desertas e fracassadas.



As dispensas em razão de pequeno valor continuam não sendo consideradas na série histórica. Todavia, vale ressaltar que, sob os aspectos social e econômico, todas as contratações dessa natureza são sustentáveis, já que promovem o desenvolvimento local, em consonância com Objetivo de Desenvolvimento Sustentável n. 8 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas.

No segundo semestre de 2023, 100 servidores, da DMP e de unidades requisitantes, participaram de curso aprofundado sobre a nova Lei de Licitações. Considerando o tempo disponível pelos servidores e o fato de os modelos estarem sendo usados com êxito, entendeu-se prudente prorrogar o treinamento. É importante destacar que problemas pontuais foram resolvidos com diálogo entre as unidades e melhoramento nos modelos.

17

***Qualidade de
Vida, Equidade,
Inclusão e
Acessibilidade***

17. QUALIDADE DE VIDA, EQUIDADE, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Unidade gestora: Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PQV – Participação em ações de qualidade de vida	Participantes	673	16.201	13.562	38.607	18.734	656.641	2708	7520	15073
AQV – Quantidade de ações de qualidade de vida	Ações	9	19	17	23	21	156	139	120	281
PRQV – Percentual de participantes em ações de qualidade de vida	$PRQV = \frac{PQV}{(FTT \times AQV)} \times 100$	0,054	0,07	0,06	0,14	0,07	0,34	19,48	0,5	0,42

Fórmula: $PRQV = \frac{PQV}{(FTT \times AQV)} \times 100$

PQV – Participações em ações de qualidade de vida, conforme o item 17.1. AQV – Ações de qualidade de vida, conforme o item 17.2.

FTT – Força de trabalho total de magistrados(as), servidores(as) e auxiliares.

* Aguarda apuração do Justiça em Números, disponibilizado a partir de 28/2/2024.

** Resolução CNJ n. 401/2021, também constante no relatório de indicadores de acessibilidade.

PLS 2021-2026

Meta: Aumentar em 27% o número de participações em ações de qualidade de vida no trabalho em relação a 2021.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	Ano-base da nova metodologia	Aumento de 5% em relação ao ano anterior	Aumento de 5% em relação ao ano anterior	Aumento de 5% em relação ao ano anterior	Aumento de 5% em relação ao ano anterior	Aumento de 5% em relação ao ano anterior
Meta n.	2.708	2.843	2.985			
Resultado n.	2.708	7.520	15.073			
Resultado %	--	+177,69 %	+430,17%			

Fórmula: Resultado do ano anterior x 1,05.

*Vide detalhamento abaixo.

O acréscimo da meta está calculado com base na meta do ano anterior, e não no resultado alcançado. Isso porque a meta estipulada para os seis anos do plano (2021/2026) é aumentar em 27% o número de participações em ações de qualidade de vida no trabalho em relação a 2021. Do mesmo modo, o resultado em percentual utiliza o resultado atual (2023) em relação à meta do ano anterior (2022).

PLS 2023 – AÇÕES

QUALIDADE DE VIDA

Ações	Áreas responsáveis	Cumprimento
Acompanhamento do Desempenho	DGP DDVP SPO	Cumprida
Atendimento Psicossocial	DGP DDVP SPO	Cumprida
Diagnósticos Psicossociais	DGP DDVP SPO	Cumprida
Programa de Desenvolvimento de Relações Interpessoais	DGP DDVP SPO	Cumprida
Entrevistas de Lotação e Relotação de servidores na Secretaria do TJ	DGP DDVP SPO	Cumprida
Homenagem aos servidores aposentados	DGP DDVP SDP e DIE DAG	Cumprida
Programa Olhares	DGP DDVP SDP e DIE DAG	Cumprida
Programa de Educação Financeira (atendimentos)	DGP DDVP	Cumprida
Programa de Educação Financeira (outras ações)	DGP DDVP	Cumprida
Programa de Educação Financeira (podcasts)	DGP DDVP	Cumprida
Conversas com Gestores	DGP DDVP SDP e DSQV	Cumprida
Programa Novos Laços	DGP DDVP SDP	Cumprida
Roda de conversas com gestores de servidores em condição especial de trabalho	DGP DDVP SDP – DSQV – SAI	Cumprida
Programa Mães do Judiciário	DGP, DSQV e equipe interinstitucional	Cumprida

Ações	Áreas responsáveis	Cumprimento
Programa Mães do Judiciário (outras ações)	DGP, DSQV e equipe interinstitucional	Cumprida
Programa Saiba + Trabalho Não Presencial	DGP DDVP SDP	Parcialmente cumprida (16% da meta)
Teletrabalho Integral	DGP DDVP SDP – DSQV SE	Parcialmente cumprida (73% da meta)
Teletrabalho Parcial	DGP DDVP SDP – DSQV SE	Parcialmente cumprida (9% da meta)
Home Office Integral	DGP DDVP SDP – DSQV SE	Cumprida
Home Office Parcial	DGP DDVP SDP – DSQV SE	Cumprida
Trabalho não presencial- condição especial de trabalho	DGP DDVP SDP – DSQV	Cumprida
Programa Acolhe	DSQV/DAS	Cumprida
Realizar a Análise Ergonômica do Trabalho nos postos de trabalho presencial	DSQV/DSO	Cumprida
Atendimento ergonômico on-line	DSQV/DSO	Cumprida
Fornecer Acessórios Ergonômicos	DSQV/DSO	Cumprida
Fornecer Equipamento de Proteção Individual-EPI	DSQV/DSO	Cumprida
Humanizar a comunicação de aposentadorias por invalidez	DSQV/JMO/DAS/SPS	Cumprida
Exames Periódicos de Saúde	DSQV/DSO	Parcialmente cumprida (18% do total de inscritos)

EQUIDADE, INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE

Ações	Áreas responsáveis	Cumprimento
Programa Integra (acolhimento)	SAI DGP DSQV DTI	Cumprida
Programa Integra (outras ações)	SAI DGP DEA DSQV DTI DIE DDI AJ	Cumprida
Programa Indira	CEVID	Cumprida
Prevenção ao assédio e à discriminação	CPEAMAS	Cumprida
Participação feminina no PJSC	GT PARTICIPAÇÃO FEMININA	Cumprida

OUTRAS AÇÕES

Ações	Áreas responsáveis	Cumprimento
Cartões Virtuais – Datas marcantes	DGP DDVP SPO	Cumprida
Recadastramento de Aposentados	DGP DDVP SPO	Cumprida
Programa de Preparação para a Aposentadoria	DGP DDVP SDP	Cumprida
Programa Bem-Estar no Trabalho	DGP DDVP SDP	Parcialmente cumprida (2 de 3 edições)
Programa de Melhoria do Clima Organizacional	DGP DDVP	Cumprida
Sementes de Bem-Estar	DGP DDVP SDP	Cumprida
“Dicas” no Portal do Servidor (soma de todas consideradas)	DGP DDVP SDP	Cumprida

Ações	Áreas responsáveis	Cumprimento
Grupo Antitabagismo	DSQV/DAS	Cumprida
Saúde Itinerante	DSQV/DAS	Cumprida
Semana da Saúde	DSQV	Cumprida
Ginástica Laboral	DSQV/DSO	Cumprida
Avaliar o questionário osteomuscular dos teletrabalhadores	DSQV/DSO	Cumprida
Campanhas de Saúde	DSQV/DAS	Cumprida
Campanha de Vacinação	DSQV/DSO	Cumprida
Atendimentos Odontológicos	DSQV/DAS	Cumprida
Atendimentos Emergenciais	DSQV/DAS	Cumprida
Atendimento Farmácia	DSQV/DAS	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

Em 2021, o método de cálculo desses indicadores foi definido com vistas ao início de uma nova série histórica alinhada ao planejamento estratégico institucional do sexênio 2021-2026. A nova matriz de indicadores considera grande parte das iniciativas do Você em Foco – Programa de Qualidade de Vida no PJSC, o qual contempla ações e projetos que favorecem o bem-estar e a qualidade de vida no trabalho das pessoas do PJSC.

Foram excluídos desse cálculo ações em massa como o envio de mensagens ou publicações no portal institucional em razão da dificuldade de apuração do alcance e efetividade relacionada ao número de participações, dados que poderiam comprometer a fidelidade dos indicadores apurados.

No ano de 2023, novas ações foram desenvolvidas, e outras, que já aconteciam antes da pandemia de covid-19, retomadas. Todas tiveram seus parâmetros de medição alinhados às diretrizes acima descritas.

As ações realizadas pela Secretaria de Acessibilidade e Inclusão voltadas para o público interno estão computadas nos indicadores de qualidade de vida (ações e participações).

Destacamos que o significativo incremento do indicador que apura o número de participações em ações focadas na qualidade de vida no trabalho resulta, em grande parte, do aumento de ações oferecidas, em especial pela Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV), que foi reestruturada neste ano e iniciou novas campanhas e ações especialmente voltadas para servidores da Justiça de 1º grau de jurisdição, a exemplo da implantação do programa Saúde Itinerante. Também foi possível identificar a volta do interesse das pessoas em participar de ações presenciais, o que se comprovou em ações da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), como os programas de Preparação para Aposentadoria e Bem-Estar no Trabalho, ambos retomados no ano em referência.

Por meio de contratação, com início de execução em 2023, a DSQV realizou 1.737 análises ergonômicas em postos de trabalho presenciais, com foco na prevenção da saúde física, e 1.436 exames periódicos de saúde, que devem ser estendidos aos demais colaboradores em 2024.

Outro fator que contribuiu positivamente para o indicador do número de participações foi o início da contabilização dos atendimentos emergenciais e de odontologia realizados pela DSQV

na sede do Tribunal de Justiça. As ações do Programa Indira, da Comissão de Prevenção e Combate ao Assédio e à Discriminação (Cpeamas) e do grupo de trabalho da Participação Feminina no PJSC também estrearam na matriz de indicadores.

O Programa Mães do Judiciário, instituído oficialmente pela Resolução n. 44/2021, foi regulamentado em 2023 por meio da Resolução GP n. 35/2023, com a definição de seus objetivos, instituição da equipe de trabalho intersetorial, assim como das diretrizes para sua atuação. Os momentos de integração são destinados às magistradas e servidoras mães, especialmente àquelas em licença-gestação e adoção, de valorização da dimensão humana, informação qualificada, escuta empática e troca de experiências sobre temas vinculados à maternidade, à primeira infância e ao exercício profissional. Além dessas ações, o Programa acompanha os ingressos de magistradas e servidoras mães na condição especial de trabalho em situação de gestação ou efetiva amamentação, até os 24 meses de idade do lactente (Resolução GP n. 5/2021). Já destacado no relatório de 2022, o trabalho não presencial, que também compõe a matriz de ações de qualidade de vida, contou com 3.978 pessoas atuando em alguma de suas modalidades.

Novamente, cabe destaque ao Programa Novos Laços, de acolhimento e ambientação funcional, no qual 412 novos servidores foram recebidos em 13 edições do programa, cada qual com uma semana de imersão, que ofereceu acesso a conhecimentos sobre a instituição e sobre o papel que desempenharão no Poder Judiciário catarinense.

17.1. AÇÕES SOLIDÁRIAS

Unidades participantes: Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida, Coordenadoria Estadual da Infância e da Juventude, Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, Secretaria de Acessibilidade e Inclusão

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
PAS – Participações em ações solidárias	Participantes	0	0	0	0	49	0	0	620	762
AS – Quantidade de ações solidárias	Ações	0	0	0	0	1	0	0	2	5
PRAS – Participação relativa em ações solidárias	$PRAS = PAS / (FTT \times AS) \times 100$	0	0	0	0	0,004	0	0	2,47	1,18

Ações Solidárias	Unidades Participantes
Campanha Dignidade Menstrual	CEVID/CEIJ/DSQV
Caminhada pela Paz	CEVID
Campanha de arrecadação de itens infantis	DSQV
Campanha Natal Solidário	GP
Campanha Maio Furta-Cor	DSQV

CONSIDERAÇÕES

A Campanha Dignidade Menstrual, da Coordenadoria da Infância e Juventude (CEVID) e da Diretoria de Saúde e Qualidade de Vida (DSQV), contou com doações de instituições parceiras do Programa Novos Caminhos (FIESC/SESI/SENAI, Fecomércio/SESC, FAESC/SENAR e CIEE/SC) e do quadro funcional do PJSC. A campanha visa dar visibilidade à pobreza menstrual, caracterizada muitas vezes pela falta de recursos financeiros, resultante da desigualdade social em nosso país. Além de arrecadar absorventes, a campanha objetivou dar visibilidade às questões relacionadas à pobreza menstrual e combater a desinformação sobre o tema.

Em 2023, cerca de quarenta e oito mil unidades de absorventes descartáveis foram arrecadadas pela campanha “Dignidade Menstrual”, por meio de doação dos parceiros do Programa Novos Caminhos. No total a campanha arrecadou 79.722 unidades, das quais 31.186 foram doadas por servidores de 70 das 112 comarcas do Estado. Informações detalhadas podem ser acessadas no relatório da campanha, disponibilizado no sítio do TJSC.

A Caminhada pela Paz em Florianópolis ocorreu em 10 de dezembro de 2023 e reuniu diversas instituições públicas e privadas, conselhos de direitos, organizações sociais e sociedade civil que desenvolvem ações voltadas para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Em parceria com a prefeitura Municipal de Florianópolis, a campanha Maio Furta-Cor, de conscientização sobre a saúde mental materna, envolveu eventos que contemplaram a comunidade (marcha e reuniões ampliadas com outros órgãos) e teve a participação de 12 servidores do PJSC.

A campanha de arrecadação de itens infantis ocorreu durante as campanhas do Outubro Rosa e Novembro Azul, promovidas anualmente pela DSQV. Em 11 de novembro de 2023 foram entregues itens de higiene e chinelos de borracha para a Casa de Apoio Vovó Gertrudes, onde ficam hospedadas crianças em tratamento oncológico e familiares.

A campanha Natal Solidário teve a participação de 598 colaboradores, que presentearam 957 crianças.

18

***Sensibilização e
Capacitação em
Sustentabilidade***

18. SENSIBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Objetivo: Promover a capacitação em contratações sustentáveis e a realização contínua de ações de sensibilização em sustentabilidade.

Unidades gestoras: Diretoria de Material e Patrimônio (índice de capacitação) e Secretaria de Gestão Socioambiental (índice de sensibilização)

SÉRIE HISTÓRICA

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ACap – Ações de capacitação/ sensibilização ¹	Ações	42	2	25	30	21	5*	9	7	X
PSC – Participação em Acap ¹	Participantes	9.187	7.281	11.576	600	9.880	16.633	1.568	1.874	X
ACap – Ações de capacitação ²	Ações	-	-	-	-	-	-	-	4	3
ASen – Ações de sensibilização ²	Ações	-	-	-	-	-	-	-	3	3
PCap – Participação em Acap ²	Participante	-	-	-	-	-	-	-	357	406

Questionário	Unidade de medida	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Participação em ações de sensibilização	Participante	-	-	-	-	-	-	-	2.302	3.191
PRCap – Percentual de Pcap ²	$(PCap / (FTT \times Acap)) \times 100$	-	-	-	-	-	-	0,03	0,71%	1,58%

(1) Resolução CNJ n. 201/2015 – REVOGADA.

(2) Resolução CNJ n. 400/2021.

*Alteração na metodologia conforme Relatório de Desempenho 2020.

PLS 2021-2026

Meta: Capacitar até 2026 100% dos servidores que atuam diretamente nas contratações do PJSC, com enfoque em governança e sustentabilidade.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	5%	75%	80%	85%	90%	100%
Resultado	57,14%	75,21%	82,77%			

Fórmula: $(1 - (\text{número total de servidores capacitados} / \text{número total de servidores que atuam diretamente nas contratações do PJSC no ano corrente})) \times 100$

Meta: Manter o mínimo de 3 ações de sensibilização por ano até 2026.

Ano	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta	3	3	3	3	3	3
Resultado	3	4	3			

Fórmula: $\left[\frac{\text{Participação em ações de sensibilização}}{\text{Força de trabalho total} \times \text{Ações de sensibilização}} \right] \times 100$

PLS 2023 – AÇÕES

Ações		Áreas	Cumprimento
1	Orientação interna sobre modelos padronizados, com enfoque na Lei n. 14.133/2021	DMP	Não cumprida (inserida no Plano de Ações 2024)
2	Dicas de Sustentabilidade	SGS	Cumprida
3	Campanha redução de consumo de Papel	SGS, DMP e DTI	Parcialmente cumprida (20%) Incluída no Plano de Ações 2024
4	Semana do Meio Ambiente	SGS	Cumprida
5	Capacitação coleta seletiva no PJSC	SGS	Cumprida

CONSIDERAÇÕES

Quanto ao índice de capacitação em contratações públicas, foi alcançada a meta de capacitar 80% dos servidores que atuam diretamente nas contratações do PJSC, com enfoque em governança e sustentabilidade. São em torno de 127 servidores da Secretaria do TJ que atuam diretamente nas contratações, além de 111 chefes de secretaria das comarcas do Estado.

Em 2023 foram ofertadas 100 vagas para servidores da área administrativa para o curso in company “Curso Premium Online: A Nova Lei de Licitações (Lei n. 14133/2021) – Turma 6 – Um Novo Ciclo”, ministrado pelo professor Ronny Charles Lopes de Torres e por renomados especialistas convidados (Processo n. 0036448-30.2023.8.24.0710). Dessas vagas, 18 foram destinadas a servidores que ainda não haviam realizado a capacitação. Verificou-se uma participação expressiva de integrantes da DTI, além de terem participado do curso servidores lotados na Academia Judicial, unidade que não é considerada na base de cálculo.

Sendo assim, quando somados os servidores capacitados em 2021 (136), em 2022 (43) e em 2023 (18), chega-se no percentual de 82,77% (197 de 238).

No que tange às ações de comunicação e de sensibilização com temática socioambiental, foram realizadas a Semana do Meio Ambiente, a campanha de redução de consumo de papel e a continuação das Dicas de Sustentabilidade nos Portais do Servidor e do Magistrado. Além disso, foi realizada uma ação de capacitação e sensibilização sobre coleta seletiva no PJSC, na modalidade presencial, de que participaram 100 trabalhadores terceirizados lotados nos prédios do TJSC Sede, Unidade Presidente Coutinho e Fórum da Comarca da Capital – Des. Rid Silva.

A Semana do Meio Ambiente contemplou um conjunto de matérias de ampla divulgação no TJSC, veiculadas entre 5 e 9 de junho, que totalizaram 487 acessos. As matérias versaram sobre os temas Semana do Meio Ambiente, mudanças climáticas e consumo de plástico.

Dentro da Semana do Meio Ambiente foram elaboradas duas notícias com foco na redução do consumo de papel e foi elaborado um vídeo sobre produção e consumo de papel. As ações supracitadas somaram 524 visualizações. Porém, a campanha de divulgação da política interna de impressões ficou prejudicada, porquanto a minuta da normativa se encontra sob análise da Administração.

Ademais, foi dada continuidade ao Dicas de Sustentabilidade, programa que disponibilizou mensalmente um vídeo didático sobre temática específica, trazendo informações úteis ao público interno e à sociedade. Foram publicados 6 vídeos, que abordaram os temas como consumo consciente, plástico, logística reversa, construções sustentáveis e energia elétrica, totalizando 2.180 acessos. Os vídeos podem ser acessados via portal do servidor ou no canal do TJSC no YouTube, em <https://www.youtube.com/playlist?list=PLf0iUAhRkttOy-AsFYI5-p0RxN1loLYLd>.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

de Santa Catarina

Diretoria-Geral Administrativa
Secretaria de Gestão Socioambiental

Assessoria de Artes Visuais - Núcleo de Comunicação Institucional